

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005. 128 p.

A educação necessária para enfrentar a barbárie

O livro do filósofo húngaro, professor emérito da Universidade de Sussex, István Mészáros, intitulado *A educação para além do capital*, foi escrito para a conferência de abertura do Fórum Mundial de Educação, realizado em Porto Alegre, em 2004. Sua segunda edição ampliada inclui o apêndice: *Educação: o desenvolvimento contínuo da consciência socialista*. Para explicitarmos a tese levantada nessa obra, é necessário esclarecer o sentido da expressão *para além do capital* utilizada pelo autor. Em seu livro, *Para além do capital* (2002), Mészáros deixa claro que capital e capitalismo são fenômenos distintos. O capital antecede ao capitalismo, e é também posterior a este. O capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, expresso concretamente na exploração do homem pelo homem e pela propriedade privada dos meios de produção da existência.

Para o autor, o sistema de sociometabolismo do capital é mais poderoso e abrangente, constituído pelo tripé capital, trabalho e Estado (burguês), sendo os três materialmente constituídos e inter-relacionados e, portanto, impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto desses elementos. Neste sentido, o desafio é superar o tripé em sua totalidade, incluindo seu pilar fundamental, que se apresenta enquanto o sistema hierarquizado de *trabalho* atrelado à sua alienante divisão social, que o subordina ao capital, tendo como elo de complementação o *Estado político*.

No início da sua obra sobre a educação, destaca três epígrafes acerca da educação de diferentes pensadores e tempos históricos: uma de Paracelso (século XVI); outra de José Martí e outra de Marx. Analisando-as, o autor aponta que não apenas a citação de Marx, mas de alguma forma, as três, durante um período de quase cinco séculos, enfatizam a urgência de se instituir uma mudança estrutural radical e irreversível, que nos leve para além do capital, no sentido verdadeiramente viável do termo.

Joelma de Oliveira Albuquerque
Doutoranda em Educação, Universidade de Campinas (Unicamp)

Celi Nelza Zülke Taffarel
Professora Titular da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Ao tratar da *incorrigível lógica do capital e seu impacto sobre a educação*, ressalta que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de produção estando intimamente ligados, uma reformulação nos primeiros é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais se inserem e devem cumprir as mais vitais e historicamente importantes funções de mudança. Ou seja, caso não sejam destruídos os pilares deste sistema, serão permitidos apenas alguns “ajustes” menores em todos os âmbitos, dentre eles o da educação.

Esta compreensão vai ser trabalhada na seção *As soluções não podem ser apenas formais: elas devem ser essenciais*. A educação institucionalizada serviu, nos últimos 150 anos, ao propósito de fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à expansão do sistema do capital, *bem como gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica implacavelmente imposta*.

O autor considera que as instituições de educação tiveram que ser adaptadas no decorrer da história, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital, como é possível observar quando nos voltamos à história, no momento da passagem da produção da manufatura para a grande indústria. A partir daí as determinações do modo de produção atingem profundamente cada âmbito particular, com influência na educação em geral, não somente nas instituições educacionais formais.

A educação é entendida neste sentido, como uma questão de internalização pelos indivíduos da legitimidade da posição que lhes atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. Segue-se uma síntese acerca dos confrontos necessários para a educação neste século: 1) Autorrealização dos indivíduos como “indivíduos socialmente ricos” humanamente oposto ao indivíduo que está a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital; 2) O conhecimento como elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana oposto à adoção pelos

indivíduos, de modos de comportamento que apenas favorecem a concretização dos objetivos reificados do capital; 3) Mudança verdadeiramente radical oposta a reformas – reparos institucionais formais, passo a passo, em círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido da lógica do capital; 4) Concepção em que nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o *homo faber* não pode ser separado do *homo sapiens*, contrária à abordagem elitista – educação como atividade intelectual, como forma de preservar os “padrões civilizados”; 5) Universalização da educação e do trabalho como atividade humana autorrealizada oposta à negação dos requisitos mínimos para a satisfação humana e a destruição produtiva; 6) Sistema produtivo, no marco da sustentabilidade enquanto controle consciente do processo de reprodução metabólica social por parte de produtores livremente associados, em contraste com a insustentável e estruturalmente estabelecida característica de adversários e a destrutibilidade fundamental da ordem reprodutiva do capital; 7) Gestão da educação, onde prevaleça a autogestão, o que significa intervir na educação a partir do estabelecimento de prioridades e das reais necessidades mediante plena e livre deliberação dos indivíduos envolvidos.

O autor aponta, portanto, a educação como transcendência positiva da autoalienação do trabalho, ao considerar as condições de desumanização alienante e de uma subversão fetichista do real estado das coisas na consciência. Assim, para romper com as condições geradas pelo sistema sociometabólico do capital, exige-se uma intervenção consciente em todos os domínios e níveis da nossa existência individual e social. Sendo a alienação do trabalho, a raiz da alienação, é através do próprio trabalho que será possível superá-la com uma reestruturação radical das condições de existência.

A necessária intervenção consciente no processo histórico deve ser orientada pela adoção da tarefa de superar a alienação por meio de um novo metabolismo reprodutivo social dos “produtores livremente associados”. Dessa forma, o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à “legitimação constitucional democrática” do estado capitalista que defende seus próprios interesses. Frente a isso, a contrainternalização exige a antecipação de uma visão geral, concreta, abrangente, de uma

forma radicalmente diferente de gerir as funções globais de decisão da sociedade.

Diante do exposto, segundo Mészáros (2005), a tarefa educacional é simultaneamente a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Elas são inseparáveis. A transformação social radical é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo. O inverso também é verdadeiro: a educação não pode funcionar suspensa no ar, podendo e devendo ser articulada dialeticamente com as condições modificáveis e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Neste sentido, as premissas teóricas não podem se opor às premissas programáticas, devem estar relacionadas entre si, bem como às táticas imediatas, mediatas, e históricas para que possamos enfrentar o capital com uma educação que reconheça a necessidade de superação da barbárie à qual foi levada a humanidade diante da subsunção do trabalho ao capital.